

TRAGÉDIA EM MARIANA

MÁRCIO FERNANDES - 06/11/2015



DIRETORES DA SAMARCO ACUSADOS DE HOMICÍDIO

Ação responsabiliza ainda Vale e BHP por crime ambiental

VILMARA FERNANDES
vfernandes@redegazeta.com.br

Vinte e duas pessoas e quatro empresas foram denunciadas ontem por crimes que resultaram no rompimento da barragem de Fundão. A tragédia aconteceu na cidade mineira de Mariana em novembro do ano passado, matou 19 pessoas e causou severos danos ambientais no Rio Doce afetando a população ribeirinha dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

As acusações do Ministé-

rio Público Federal, autor da denúncia, são de homicídio doloso—quando se assume o risco de cometer o crime—, que podem resultar em até 54 anos de prisão, nos casos de condenação; além de crimes ambientais. Acusados não concordam (pág. 5).

Entre os denunciados estão o presidente afastado da Samarco, Ricardo Vescovi de Aragão; o diretor de Operações e Infraestrutura, Kleber Luiz de Mendonça Terra. E ainda três gerentes operacionais, 11 integrantes do

conselho de administração, e cinco representantes das empresas Vale e BHP Billiton na governança da Samarco. Além das empresas Vale e BHP, donas da Samarco.

CERTEZA

Para os procuradores não há dúvidas de que os denunciados sabiam dos graves problemas que a barragem apresentava. “Dezenove pessoas foram assassinadas de maneira torpe. Não há dúvidas de que a motivação foi a ganância desmedida

por lucro”, disse o procurador da República Eduardo Santos de Oliveira.

Citam inclusive que um documento indicava o cenário que ocorreria em caso de rompimento: 20 pessoas morreriam e a Samarco ficaria fechada por dois anos. “Número bem perto da realidade”, destacou o procurador Eduardo Aguiar.

Outros documentos indicaram aos procuradores que os diretores e membros do conselho de administração tinham não só conheci-

mento dos problemas, mas que não adotaram as medidas para impedir a tragédia. “Negligenciaram. Deram prioridade ao lucro em detrimento da segurança”, disse o procurador José Adércio Leite Sampaio.

Para 21 pessoas a acusação é de homicídio doloso e vários crimes ambientais, incluindo os de inundação, desabamento e lesões corporais graves.

As empresas Samarco, Vale, BHP Billiton e VOGBR vão responder por 12 ti-

pos de crimes contra o meio ambiente, que envolvem crimes contra a fauna, a flora, crime de poluição, contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Duas delas, Samarco e Vale, são ainda acusadas de três crimes contra a administração ambiental.

A VOGBR e o seu engenheiro sênior, Samuel Santana Paes Loures, estão sendo acusados por apresentação de laudo ambiental falso, ao afirmarem que a barragem era estável.

OS ACUSADOS E OS CRIMES

DENUNCIADOS EMPRESAS

- ▼ Samarco
- ▼ Vale
- ▼ VOGBR (Geotecnia)

DIRETORES E MEMBROS DOS CONSELHOS

- ▼ **Ricardo Vescovi de Aragão** - Diretor-presidente afastado da Samarco, brasileiro
- ▼ **Kleber Luiz de Mendonça Terra** - Diretor de Operações e Infraestrutura da Samarco, brasileiro
- ▼ **Germano Silva Lopes** - Gerente-geral de Projetos Estruturantes da Samarco, brasileiro
- ▼ **Wagner Milagres Alves** - Gerente-geral de Operações de Minas da Samarco, brasileiro

- ▼ **Daviely Rodrigues Silva** - Gerente de Geotecnia e Hidrogeologia da Samarco, brasileira
- ▼ **Stephen Michael Potter** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da Vale, britânico
- ▼ **Gerd Peter Poppinga** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da Vale, brasileiro
- ▼ **Pedro José Rodrigues** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da Vale, brasileiro
- ▼ **Hélio Cabral Moreira** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da Vale, brasileiro

- ▼ **José Carlos Martins** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da Vale, brasileiro
- ▼ **Paulo Roberto Bandeira** - Representante da Vale na Governança da Samarco, brasileiro
- ▼ **Luciano Torres Sequeira** - Representante da Vale na Governança da Samarco, brasileiro
- ▼ **Maria Inês Gardonyi Carvalho** - Representante da Vale na Governança da Samarco, brasileira
- ▼ **James John Wilson** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da BHP Billiton, sul-africano
- ▼ **Antonino Ottaviano** - Integrante do Conselho de

- Administração da Samarco por indicação da BHP Billiton, australiano
- ▼ **Margaret MC Mahon Beck** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da BHP Billiton, estadunidense (EUA)
- ▼ **Jeffery Mark Zweig** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da BHP Billiton, francês
- ▼ **Marcus Philip Randolph** - Integrante do Conselho de Administração da Samarco por indicação da BHP Billiton, estadunidense
- ▼ **Sérgio Consoli Fernandes** - Integrante do Conselho de Administração da

- Samarco por indicação da BHP Billiton, brasileiro
- ▼ **Guilherme Campos Ferreira** - Representante da BHP Billiton na Governança da Samarco, brasileiro
- ▼ **André Ferreira Gavinho Cardoso** - Representante da BHP Billiton na Governança da Samarco, brasileiro
- ▼ **Samuel Santana Paes Loures** - Engenheiro sênior da VOGBR, brasileiro

CRIMES DIRETORES E CONSELHO

- ▼ **21 pessoas** - Respondem por homicídio qualificado com dolo eventual, quando se assume o risco de matar. São ainda acusados de crimes de inundação, desabamento, lesão corporal

e crimes ambientais. O engenheiro Samuel Santana Paes Loures (VOGBR) não é acusado desses crimes.

EMPRESAS

- ▼ **Samarco Vale e BHP** - Acusadas por 9 tipos de crimes contra o meio ambiente, que envolvem crimes contra a fauna, flora, poluição, contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural.
- ▼ **Samarco e Vale** - Além dos anteriores, respondem por três crimes contra a administração ambiental.
- ▼ **VOGBR e funcionário** - Empresa e o seu engenheiro Samuel Santana Paes Loures são acusados só de apresentação de laudo ambiental falso de que a barragem estava em boas condições.

TRAGÉDIA EM MARIANA

EMPRESA SABIA DOS
RISCOS DESDE 2009

É o que aponta a denúncia do Ministério Público

Desde abril de 2009 a barragem de Fundão dava sinais claros de que estava com problemas graves. Foi o que apontou a investigação, relataram ontem os procuradores autores da denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal. Localizada na cidade mineira de Mariana, nela eram depositados os rejeitos de mineração da Samarco.

Segundo o procurador José Adércio Leite Sampaio, houve falhas na construção, problemas no sistema de drenagem, ampliações feitas sem controle e de forma irregular da barragem. “A Samarco fez um puxadinho geotécnico e manteve a deposição do rejeito enquanto fazia as mudanças”, relatou.

Ele se refere a um recuo feito na barragem após o aparecimento de grandes falhas na estrutura. Resultado dos problemas de drenagem e que agravou a situação no ano de 2012. “Um segundo recuo foi feito sem projeto. Não se sabia nem quem era o empregado que elaborou o projeto do primeiro re-



Vista aérea da barragem de Fundão, em Mariana, que se rompeu ano passado

cuo”, relatou Sampaio.

São situações que demonstram, segundo o procurador, “a reiterada conduta da empresa em colocar esparadrapos estruturais para situações que demandavam uma resposta mais contundente”.

Nada do que estava ocorrendo foi comunicado aos órgãos fiscalizadores. A Samarco, diante dos problemas, chegou a recorrer a um órgão externo, um

conselho independente de especialistas para avaliar a segurança da barragem. “É uma das recomendações foi de que resolvessem rapidamente a questão do recuo”, explicou Sampaio.

Segundo as investigações, a Samarco prometeu resolver o problema até o final de 2013, o que nunca aconteceu. “O recuo foi a gota d’água que faltava para o rompimento da barragem”, relatou Sampaio.

Todos os problemas, que se agravaram a partir de 2014, foram amplamente discutidos pela diretoria da Samarco e também em seu conselho de administração, da qual faziam parte representantes indicados pelas empresas Vale e BHP Billiton - donas da Samarco, aponta o MPF. “Ou faziam pouco caso dos registros das falhas ou não davam a ênfase necessária para resolver o problema”, explicou o procurador.

REPRODUÇÃO TV GLOBO

CRÍTICAS



“Dezenove pessoas foram assassinadas de forma violenta, por motivo torpe. A motivação foi a ganância por lucro”

EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA
PROCURADOR



“A barragem de Fundão pedia socorro e apresentava sinais claros de que poderia se romper”

JOSÉ ADÉRCIO LEITE SAMPAIO
PROCURADOR



“Os denunciados tinham conhecimento dos riscos do rompimento da barragem. Tinham competência para agir e se omitiram”

JORGE MUNHÓS DE SOUZA
PROCURADOR

TRECHOS DA AÇÃO

“Sequer foi dada a chance de defesa aos que perderam suas vidas. Não houve aviso. Sequer se pode dizer que havia um plano emergencial, nada além de um esboço para cumprir tabela – e por tabela – a lei.”

“As referidas ações se limitaram a maquiar a realidade, buscando ganhar tempo com medidas de intervenção ambiental tecnicamente duvidosas sob o ponto de vista do conhecimento acadêmico mais elementar.”

“Apuraram-se danos diretos e indiretos às Unidades de Conservação Parque Estadual do Rio Doce, Reserva Biológica Comboios, APA Costa das Algas, da RVS Santa Cruz, da ResEx Cassuruba e da PARNAM de Abrolhos, atingindo espécies raras e ameaçadas de extinção.”

“Vazaram do reservatório de Fundão para os terrenos e os corpos hídricos de jusante mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos. O extravasamento não pôde efetivamente ser detido por ação humana.”

“Houve uma inundação típica. Essa inundação típica expôs a perigo (concreto) a vida, a saúde e o patrimônio das populações ribeirinhas, bem assim aos rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e Rio Doce.”

“A barragem apresentava claros sinais de que a drenagem interna já se mostrava insuficiente.”

Fonte: As frases são da ação do Ministério Público Federal

DEVASTAÇÃO

TRAGÉDIA

▼ Barragem

O rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco, localizada na cidade mineira de Mariana ocorreu em 5 de novembro do ano passado.

▼ Mortes

Dezenove pessoas, entre elas crianças e idosos morreram. A cidade de Bento Gonçalves (MG) foi destruída.

▼ Danos

A lama de rejeitos que foi liberada da barragem provocou destruição ao longo de toda a bacia do Rio Doce, chegando ao Oceano Atlântico, em Linhares. Além do rio, poluiu seus afluentes, as regiões estuarina (costeira e marinha), o solo, o ar e do meio ambiente cultural.



População recebendo água em Colatina, após desastre

CIDADES

▼ Municípios

No Espírito Santo foram gravemente afetadas as cidades de Baixo Guandu, Colatina e Linhares (onde fica a foz do Rio Doce).

▼ População

Foi gravemente afetada, além da perda de sua

sobrevivência, conviveu com a falta de água para abastecimento e até para consumo.

▼ Prejuízos

A tragédia destruiu a agricultura, pecuária, comércio, serviços e atividade pesqueira em toda a bacia hidrográfica,

além da infraestrutura pública e privada nas cidades afetadas.

CONTAMINAÇÃO

▼ Peixes

Um total de 29.300 carcaças de peixes coletadas ao longo dos rios Carmo e Doce, correspondendo a 14 toneladas de peixes mortos. Regência, em Linhares, e outra comunidades pesqueiras foram destruídas.

▼ Matas

A degradação atingiu não menos que 240,88 hectares (o equivalente a 240 campos de futebol) de Mata Atlântica e 45 hectares de Mata Atlântica com eucalipto.

TRAGÉDIA EM MARIANA

DEFESA NÃO FOI CONSIDERADA, DIZ SAMARCO

Vale e BHP também discordam da ação

VITOR JUBINI - 19/11/2015



Operários trabalharam na contenção da lama de rejeitos das barragens para evitar mais prejuízos no mar

As empresas denunciadas ontem por crimes ambientais discordam da ação apresentada à Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF). Samarco, Vale e BHP Billiton apontam que foram desconsideradas as defesas e os depoimentos apresentados ao longo das investigações.

Este é o principal argumento da Samarco, que vai responder por 12 tipos de crimes ambientais. Além disso, entre os denunciados estão o seu presidente afastado Ricardo Vescovi de Aragão; seu diretor de

Operações e Infraestrutura, Kleber Luiz de Mendonça Terra. E ainda três gerentes operacionais, 11 integrantes do conselho de administração, e cinco representantes das empresas Vale e BHP Billiton na governança da mineradora.

SAMARCO

Em nota enviada por sua assessoria de imprensa, a Samarco destaca que foram desconsideradas “as defesas e depoimentos apresentados ao longo das investigações iniciadas lo-

go após o rompimento da barragem de Fundão e que comprovam que a empresa não tinha qualquer conhecimento prévio de riscos à sua estrutura”.

Garante ainda que a barragem de Fundão era regularmente fiscalizada, não só pelas autoridades como também por consultores internacionais independentes. “Toda e qualquer medida sugerida e implantada no que diz respeito à gestão da estrutura seguia as melhores práticas de engenharia e segu-

rança. A estabilidade da barragem de Fundão foi atestada pela consultoria VOGBR”, diz a nota.

Afirma ainda que “segurança sempre foi uma prioridade na estratégia de gestão da Samarco, que reitera que nunca houve redução de investimentos nesse tema por parte da empresa”, conclui.

VOGBR

A VOGBR, por intermédio de seu diretor presidente André Euzébio, informou que não se pronunciará.

OUTRO LADO / BHP BILLITON

“BHP Billiton repudia acusações”

A BHP Billiton, também denunciada pelo Ministério Público Federal (MPF) por crimes ambientais, informou por nota que aguarda “receber notificação formal acerca desses procedimentos”. Na mesma nota informa ainda que “está ciente da declaração emitida pelo Ministério Público Federal, que apresentou denúncia criminal perante a Justiça Federal de Ponte

Nova, Minas Gerais, contra a BHP Billiton Brasil LTDA, determinados empregados e ex-empregados”. O texto da nota diz ainda que a “BHP Billiton Brasil repudia veementemente as acusações contra a empresa e os indivíduos denunciados e irá apresentar sua defesa contra as denúncias oferecidas, prestando também todo o suporte na defesa dos indivíduos denunciados”, conclui.

OUTRO LADO / VALE

“Desprezaram provas apresentadas”

Por nota, a Vale disse que “reafirma o seu respeito e solidariedade para com todos os impactados pelo trágico acidente havido com a barragem de Fundão, em especial as famílias das vítimas. Mas repudia veementemente a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal”. Assinala que “optaram por desprezar as inúmeras provas apresentadas, os depoimentos prestados em quase um ano de investigação que evidenciaram a inexistência de qualquer conhecimento prévio de riscos reais à barragem pela Vale por seus executivos e empregados”. Diz ainda que “jamais praticou atos de gestão operacional na Samarco e tampouco na barragem”. E mais, que “todos os executivos e empregados da Vale confirmaram que, enquanto membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoria-

mento da Samarco, jamais foram informados pelo corpo técnico e diretivo da Samarco sobre irregularidades que representassem riscos reais e/ou não tratados à barragem, nem por qualquer das consultorias responsáveis pelo monitoramento técnico”. Diz ainda que “sempre lhes foi assegurado que a barragem era regularmente avaliada, não só pelas autoridades legalmente competentes, como também por um grupo de consultores internacionais independentes e que toda e qualquer medida por eles proposta para a gestão da estrutura seguia as melhores práticas de engenharia e segurança. Tendo também a renomada consultoria VOGBR atestado a estabilidade da barragem de Fundão”. Informa que adotará as medidas cabíveis na Justiça para comprovar sua inocência e de seus executivos e empregados.

A NOTÍCIA PELO MUNDO

REPERCUSSÃO

▼ Internacional

A denúncia do Ministério Público Federal (MPF), que acusou 21 pessoas por homicídio qualificado, e quatro empresas e uma pessoa por dezenas de crimes ambientais foi divulgada em vários jornais internacionais durante a tarde de ontem, logo após a coletiva dos procuradores.

THE WALL STREET JOURNAL

▼ Negócios

Uma das divulgações ocorreu na edição online no The Wall Street Journal, cuja sede é em Nova York, Estados Unidos.

REUTERS

▼ Denúncia

Outra divulgação foi no site da Reuters Brasil, no abre de seu site.

FINANCIAL TIMES

▼ Destaque

No site do jornal inglês a matéria é destaque em



seu site, com citações de maior destaque para as empresas BHP Billiton e Vale.



THE NEW YORK TIMES

▼ Homicídio

No jornal americano a

matéria relata a denúncia contra 21 executivos de empresas denunciadas pelos

crimes de homicídio e ambientais após a morte de 19 pessoas.

THE SIDNEY MORNING HERALD

▼ Australiano

Também destaca as denúncias feitas pelos procuradores após a morte de 19 pessoas, causadas pelo rompimento da barragem.

SECA NO ES

ALERTA

Racionamento pode aumentar no Rio Santa Maria e voltar no Jucu

Serra e parte de Vitória vão ficar mais um dia na semana sem água se nível baixar ainda mais

▄ IARA DINIZ
idiniz@redgazeta.com.br

Sem previsão de chuvas para os próximos dias, os moradores abastecidos pelo Rio Santa Maria da Vitória podem ter um dia a mais de racionamento. A situação também pode mudar na região abastecida pelo Rio Jucu, que corre o risco de retomar o rodízio de água a qualquer momento.

A vazão dos rios, que havia melhorado com o início do racionamento, voltou a ficar abaixo da crítica nesta semana. O maior problema é encontrado no Santa Maria, que abastece 580 mil pessoas em 158 bairros da Grande Vitória.

“O volume do reservatório do Rio Bonito estava em 23% antes do racionamento. Com a economia da população e as chuvas, ele aumentou para 25%, porém a tendência é cair, já que não está chovendo e o reservatório foi aberto para atender a demanda da população”, comentou Amadeu Wetler, diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Cesan.

De acordo com Amadeu, caso o reservatório atinga o nível de 20% da



MARCELO PREST

Prejuízos

Em Colina de Laranjeiras, na Serra, dono de pet shop usa galões para armazenar água e não fechar o estabelecimento.

“Por semana, tenho em média um prejuízo de R\$ 2.500. Aqui não tem dia certo pra faltar água”

—
WANDERCLAY AZEVEDO
EMPRESÁRIO

ESPERANÇA



“A esperança é de que ocorram chuvas para que não tenhamos que entrar na segunda medida e aumentar mais um dia de racionamento”

—
 AMADEU WETLER
DIRETOR DA CESAN

capacidade, será preciso aumentar o rodízio para mais de um dia na região abastecida pelo Rio Santa Maria da Vitória.

“Se continuar esvaziando, vamos entrar com a segunda medida do nosso plano de restrição e cada bairro terá dois dias de rodízio de água. É importante dizer que os dias não serão consecutivos, então as pessoas não ficarão mais de 24 horas seguidas sem receber água”, explicou Amadeu.

Com o acréscimo de mais um dia a mais no racionamento, a meta de economia passa a ser de 30% e não mais 20%, como a Cesan havia estipulado. Em um mês, já foi possível reduzir 18% do consumo de água.

VOLTA DE RODÍZIO

Os moradores da região abastecida pelo Rio Jucu também correm o risco de ter o abastecimento alterado. Isso por-

que, a vazão do rio reduziu drasticamente, chegando a 4.389 litros por segundo ontem (a crítica é de 5.292 l/s).

Com isso, o rodízio de água, que havia sido suspenso no dia 7 de outubro, pode ser retomado para 1.120.86 pessoas em 416 bairros.

“Tivemos melhoras nestas últimas quatro semanas, mas o nível do rio Jucu voltou a cair e ficar abaixo da situação crítica.

Estamos monitorando e dependendo de como ele reagir nos próximos dias, a população pode entrar novamente em racionamento”, disse Amadeu.

O diretor da Cesan não descartou a possibilidade do rodízio retornar já neste fim de semana, mas ressaltou que os moradores serão comunicados com 24 horas de antecedência (Com colaboração de Bianca Vailant e Daniel Aguiar).

Economia de 18% em um mês

▄ Após um mês de racionamento na Grande Vitória, 1,65 bilhões de litros de água foram economizados, o que representa uma redução de 18% do consumo do Rio Santa Maria da Vitória.

A economia feita pela população está dentro da meta da Cesan, que varia de 15 a 20%. O volume economizado seria suficiente para abastecer a cidade da Serra por 37,5 dias ou 90 mil residências por um mês.

Apesar da redução, Amadeu Wetler alerta para a necessidade das pessoas continuarem economizando, já que a falta de chuvas pode requerer um empenho ainda maior.

“Com o calor, as pessoas acabam consumindo mais água e precisamos estar atentos a isso. No momento, a economia está dentro da meta, mas caso o rodízio seja estendido para mais de um dia, será preciso economizar mais”, destaca.

Desde o dia 7 de outubro, quando foi suspenso o rodízio de água na região abastecida pelo rio Jucu, o racionamento abrange 580 mil pessoas da Serra, zona norte de Vitória, alguns bairros de Cariacica e Fundão.

Problema da falta de água já foi resolvido

▄ A falta de água, que surpreendeu muitos moradores abastecidos pelo Rio Santa Maria da Vitória, nesta semana, não vai acontecer novamente. A afirmação é do diretor de Meio Ambiente da Cesan, Amadeu Wetler.

Segundo Amadeu, o que aconteceu com o abastecimento foi algo pontual e não tem relação com o racionamento de água. Entre as regiões mais atingidas estavam bairros da Serra e da região continental de Vitória.

“No último fim de semana, o Rio Santa Maria teve uma queda abrupta na vazão e precisamos liberar água do reservató-

rio. O problema é que o leite estava seco e absorveu muita água, não chegando o que era esperado para a captação”, declarou Amadeu.

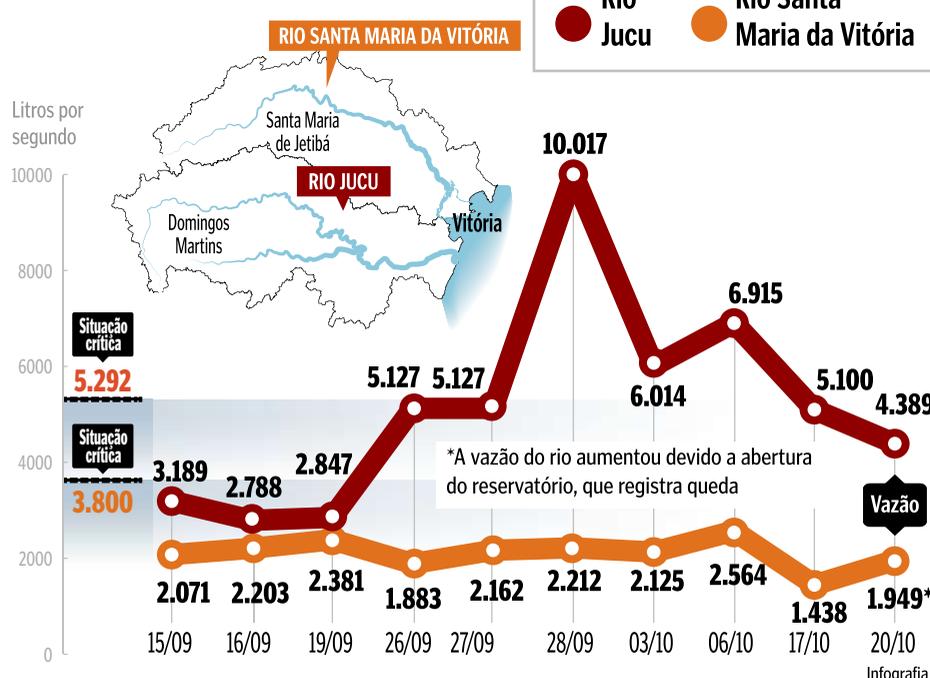
A Cesan garantiu que o problema foi corrigido na madrugada de ontem e o abastecimento nas casas seria normalizado até hoje.

“A gente não contava com um efeito esponja no rio, mas serviu como aprendizado. O que aconteceu nesta semana não pode e nem vai acontecer novamente”, disse.

A Cesan informou que já notificou a Agerh para que o motivo da queda de vazão do rio seja investigado.

SITUAÇÃO DOS RIOS

VAZÃO DOS RIOS JUCU E SANTA MARIA DA VITÓRIA



Infografia

SECA NO ES

INVESTIGAÇÃO

FERNANDO MADEIRA - 06/10/2016



Rio Jucu: base de captação, em Vila Velha, com baixo nível de água. A vazão voltou a cair nos últimos dias

Queda na vazão do rio vira caso de polícia

Agência acionou o Batalhão Ambiental para apurar se há uso indevido da água

▄ **KATILAINE CHAGAS**
kchagas@redgazeta.com.br

A queda brusca na vazão do Rio Jucu nos últimos dias virou caso de polícia. De terça-feira para ontem, a vazão passou de 5.100 litros por segundo (l/s) para 4.389 l/s. A quantidade é considerada crítica quando não atinge 5.292 l/s. Ou seja, o que já estava ruim piorou.

“A Agerh está conversando com a Polícia Ambiental para percorrer a Bacia do Rio Jucu para ver se algum produtor fez uso indevido”, afirma Paulo Paim, presidente da Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh).

Os policiais ambientais verificaram nos últimos dois dias se os produtores estão respeitando a resolução estadual nº 38, que proíbe irrigação tanto de dia quanto durante a noite.

“Estamos pesquisando por que está caindo bastante. Pode ser falta de chuva ou pode ser que alguém está fazendo um uso indevido da água”, disse Paim.

Os policiais fizeram varredura na região chamada de Baixo Jucu, que abrange parte de Cariacica, Viana e Vila Velha. “É a região entre a área de captação da Cesan em Cariacica até Marechal Floriano e Domingos Martins”, detalha Paim.

“Amanhã (hoje) dependendo do que vai acontecer, vamos pensar em uma nova ação”, afirma o presidente da Agerh.

O resultado da apuração da polícia será repassado hoje para a Agerh.

O Rio Jucu abastece Vila Velha, a Ilha de Vitória e parte de Cariacica.

SANTA MARIA

O Rio Santa Maria da Vitória, que também apresentou queda de vazão, a ponto de desabastecer bairros de Vitória e da Serra, também poderá ser avaliado por policiais ambientais, segundo Paulo Paim.

INVESTIGAÇÃO



“A Agerh está conversando com a Polícia Ambiental para percorrer a Bacia do Rio Jucu para ver se algum produtor fez uso indevido”

PAULO PAIM
PRESIDENTE DA AGERH

tercer bairros de Vitória e da Serra, também poderá ser avaliado por policiais ambientais, segundo Paulo Paim.

O rio abastece Santa Leopoldina, Serra e parte continental de Vitória e

parte de Cariacica.

Num primeiro momento, a Agerh se reunirá com o Comitê da Bacia do Santa Maria da Vitória e com o Comitê Hídrico Municipal de Santa Maria de Jetibá (único da região a formar um comitê) “para conversar”.

“Vamos conversar sobre o que eles propõem para continuar a chegar água para o Reservatório de Rio Bonito (abastecido pelo Santa Maria). Eles vão discutir e chegar a um acordo. E se não chegar a um acordo, vamos pedir ajuda à Polícia Ambiental”, garante Paim.

Na terça, a vazão do Santa Maria era de 1.438 l/s. Ontem, 1.949 l/s. Aumentou porque a Cesan liberou a água do Reservatório de Rio Bonito para o Santa Maria.

VEJA NA WEB

www.gazetaonline.com.br



RODÍZIO
Confira os bairros que ainda estão em racionamento. leia.ag/lista

ANÁLISE

“Aprender a viver com menos água”

▄ “O Plano Estadual de Recursos Hídricos está previsto há anos em lei. Tem que pegar esse plano e transformar em instrumento efetivo. Teria uma lógica e uma responsabilidade para funcionar. É preciso um plano à luz da realidade das necessidades de hoje. A maioria dos empreendedores desconhece as leis de recursos hídricos. Tem a questão legal nisso também. Nas palestras, pergunto quem já leu artigo de meio ambiente. A maioria não leu. Além disso, é preciso rever o rodízio, mesmo que seja pedagogicamente. E mesmo que chova as pessoas têm que aprender a viver com menos



água. E tem que reforçar como a água deve ser usada na irrigação. Tem que saber quando irrigar. Para cada tipo de solo e plantação, há um tempo para irrigar. Tem uma quantidade de água sendo jogada fora.”

— **LUIZ FERNANDO SCHEITINO**
PROFESSOR DE ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS DA UFES



TV GAZETA

Situação crítica

Em condomínio de Jardim Camburi, moradores usam água de hidrante como última fonte para o abastecimento.

“Esta água é uma reserva do hidrante e, se acabar, a gente fica totalmente sem”

— **ROSILANE CORREA**
ASSISTENTE SOCIAL

Plano Estadual de Recursos Hídricos não sai do papel

▄ Previsto em lei há quase duas décadas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos deu os primeiros passos para sair do campo das ideias para a realidade. A previsão da Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) é de que em cerca de 20

dias saia o resultado apontando a empresa vencedora no processo de licitação para a elaboração do plano.

Duas empresas e um consócio disputam a licitação. A que ganhar terá cerca de dois anos para construir o plano.

LEGISLAÇÃO

Isso acontece quase duas décadas após a aprovação da Lei Estadual nº 5.818/98. Ela atualizou para o Espírito Santo a Lei das Águas, nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e os comitês de recur-

sos hídricos.

“Não é um plano simples de fazer”, diz Paulo Paim, presidente da Agerh. O resultado das notas técnicas das três concorrentes foi publicado na última quarta-feira. Na próxima semana, cada uma apre-

sentará a proposta de preço para executar o serviço. E só então será calculada a nota de cada uma para definir qual será a vencedora, segundo Paim.

“O plano é muito mais um plano socioeconômico com resultados

ambientais do que um plano ambiental”, afirma o presidente da Agerh, Paulo Paim.

Paulo Paim exemplifica que a potencialidade de cada região será definida pelo recurso de água disponível. Ou seja, o plano ajudará a mapear onde será possível ou não plantar ou construir, por exemplo.